

Uma alternativa revolucionária para o Serviço Nacional de Saúde? O jornal *Saúde pelo povo* (1975-1977)

A revolutionary alternative to the National Health Service? The newspaper *Saúde pelo povo* (1975-1977)

PIERRE MARIE

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais
pierremarie@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0465-0660>

Texto recebido em / Text submitted on: 08/10/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 18/05/2021

Abstract

The Portuguese revolutionary process (1974-1976) constituted a fundamental break for the construction of democracy in the country. Social movements were organized with a view to overcoming the inheritances of the authoritarian regime. In health, the period saw a set of initiatives emerge. The present article aims to portray the struggles for the conquest of the right to health from the study of the newspaper *Saúde pelo povo* (1975-1977). This publication became a spokesperson for health professionals and users for the construction of a National Health Service. The newspaper expressed an alternative project to the SNS presented in 1979. The study of *Saúde pelo povo* becomes essential to portray this revolutionary path to health in Portugal.

Keywords: Portuguese Revolutionary Process; Newspaper; Health.

Resumo

O processo revolucionário português (1974-1976) constituiu uma rutura fundamental para a construção da democracia no país. Movimentos sociais organizaram-se com vista a ultrapassar as heranças do regime autoritário. Na saúde, o período viu emergir um conjunto de iniciativas. O presente artigo visa retratar as lutas pela conquista do direito à saúde a partir do estudo do jornal *Saúde pelo povo* (1975-1977). Esta publicação tornou-se num porta-voz dos profissionais da saúde e dos utentes para a construção de um Serviço Nacional de Saúde. O jornal exprimiu um projeto alternativo ao SNS apresentado em 1979. O estudo do *Saúde pelo povo* torna-se fundamental para retratar esta via revolucionária para a saúde em Portugal.

Palavras-chave: Processo revolucionário português; Jornal; Saúde.

Introdução

O 25 de Abril de 1974 e os dois anos de processo revolucionário que se seguiram representaram uma extraordinária abertura de oportunidades para ultrapassar as heranças pesadas deixadas pelo regime autoritário do Estado Novo (1933-1974). Movimentos populares e sociais emergiram nos vários setores da sociedade com vista a democratizar e desenvolver um país fortemente marcado por quase 50 anos de ditadura. A criação de Comissões de Trabalhadores nas empresas, de Comissões de Moradores nos bairros e nas aldeias, o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo contribuíram para a aprendizagem da democracia e concretizaram a rutura com as bases do regime salazarista. A reestruturação do Estado e dos seus serviços veio responder a estes movimentos sociais, marcando o fim do autoritarismo.

A saúde constituiu um dos setores onde a necessidade de mudança se fazia mais premente. A natureza autoritária do regime e a pobreza estrutural no país traduziram-se por uma dramática situação sanitária. Escassas reformas tinham sido feitas no início da década de 1970, todavia foi o processo revolucionário que lançou as bases para a construção de um Serviço Nacional de Saúde (SNS), apesar de este apenas ter sido concretizado legalmente em 1979. O presente artigo procura perspetivar as experiências que alimentaram os projetos do SNS em Portugal a partir da análise do jornal *Saúde pelo povo*. Este periódico publicado entre fevereiro de 1975 e dezembro de 1977 constitui uma fonte rica de informações sobre a organização dos profissionais da saúde, bem como acompanha as iniciativas lançadas pelos movimentos sociais na área da saúde.

Os 20 números publicados pelo jornal – cuja lema era “A saúde não só deve servir o povo mas pertencer ao próprio povo” – não são apenas o espelho destas mobilizações, permitindo igualmente refletir sobre a definição de uma saúde revolucionária no contexto da construção da democracia em Portugal. O SNS desenhado pela lei de setembro de 1979, da autoria de António Arnaut, surge como um dos projetos em debate para a organização da saúde. O jornal *Saúde pelo povo* exprimiu um projeto alternativo para a saúde no futuro regime como expressão do poder popular e do socialismo.

O presente artigo procura mostrar a diversidade das iniciativas e das lutas travadas no setor da saúde com vista a cumprir as esperanças nascidas em 1974 em torno da construção de um Serviço Nacional de Saúde, consagrado no artigo 64º da Constituição de 1976. Este estudo baseia-se principalmente nos números do jornal *Saúde pelo povo* e em comunicados editados pelo coletivo. Este *corpus* foi complementado com o estudo de outros arquivos e de monografias que permitiram reconstituir a trajetória dos movimentos sociais durante o período

revolucionário e nos primeiros anos da democracia em Portugal. Apesar de diversas tentativas, não foi possível identificar os redatores do jornal – cujos artigos não estão assinados – com vista à realização de entrevistas.

A primeira parte do presente texto é dedicada a perspetivar a conquista do direito à saúde como um campo de luta no contexto do processo revolucionário português. Procura reconstituir as iniciativas levadas a cabo por diversos grupos e mostrar a importância da saúde nas reivindicações que emergiram após o 25 de Abril de 1974. A segunda parte centra-se no jornal *Saúde pelo povo*, no seu projeto bem como nas temáticas nele abordadas. A parte final do artigo procura traçar um esboço do projeto alternativo para a saúde expresso nas páginas do jornal e nos movimentos sociais do período. Permite reconstituir uma via revolucionária para a edificação de um Serviço Nacional de Saúde.

O direito à saúde como campo de luta

No dia 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas colocou termo ao regime do Estado Novo com um golpe militar vitorioso. Ao longo desse dia, a população saiu à rua contrariando as ordens dos militares, transformando assim um golpe de Estado numa revolução. As massivas manifestações do Primeiro de Maio de 1974 contribuíram ainda mais para a concretização de um amplo processo revolucionário. O programa do Movimento das Forças Armadas, apresentado publicamente no dia 25, apontava três objetivos centrais: democratizar, descolonizar, desenvolver. Este programa previa o lançamento de “uma nova política social que, em todos os domínios, ter[ia] essencialmente como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses”¹.

O 25 de Abril de 1974 representou uma abertura de possibilidades políticas para a construção do novo regime em Portugal. Como notam Ricardo Noronha e Luís Trindade, “por detrás de toda a paixão e intensidade, a revolução foi movida pela convicção de que o futuro estava em aberto e que a sua forma dependeria do desfecho do combate político”². Ao longo do processo revolucionário, diversos projetos políticos entraram em conflito para definir este futuro. Nesta abertura de possibilidade, diferentes cenários eram apontados: o regresso a uma ditadura de extrema direita, a tomada do poder pelo Partido Comunista,

¹ Orlando Neves (ed.), *Textos Históricos da Revolução*, Lisboa, Diabril Editora, 1976, p. 45.

² Ricardo Noronha, Luís Trindade, *Portugal, uma retrospectiva: 1974*, Lisboa, Público, Tinta-da-China, 2019, p. 22.

a emergência de um socialismo de base assente nos órgãos do poder popular ou uma normalização com uma democracia representativa com economia de mercado. Neste contexto, os movimentos sociais tiveram um papel fundamental na concretização das esperanças do 25 de Abril³. As lutas para a construção de um Serviço Nacional de Saúde foram parte integrante destes debates.

Em 1974, a situação sanitária da população era de facto dramática. As condições precárias em áreas como a habitação – com 25% da população a viver em casas sem condições de habitabilidade⁴ – o trabalho e a alimentação traduziram-se por grandes falhas na saúde da população. Os surtos recorrentes de tuberculose no país comprovam estas condições de vida insalubres. Doença infecciosa intimamente ligada ao desenvolvimento económico, às condições de habitabilidade e à educação da população, a tuberculose infetou 131,8 casos por 100 000 habitantes em Portugal durante o ano de 1970⁵. Nesse mesmo ano, apenas 37,49% dos partos eram efetuados em estabelecimentos de saúde⁶. Em 1970, o país contava apenas 94 médicos e 158,9 enfermeiros por 100 000 habitantes⁷ e, em 1974, as despesas do Estado em saúde representavam somente 0,3%⁸ do total do seu orçamento.

Sob o consulado de Marcello Caetano, e de acordo com a doutrina do “Estado social”, o governo implementou em 1971 uma ampla reforma da saúde no país liderada pelo Ministro Baltazar Rebelo de Sousa. Reconhecendo o “direito à saúde”, esta reforma assentou na criação de um Ministério próprio, na implementação de uma rede nacional de centros de saúde e na generalização da Previdência para os trabalhadores⁹. No entanto, a permanência de um regime autoritário limitou em grande medida a concretização deste direito à saúde. A taxa de cobertura da saúde era apenas de 58% em 1974, atingindo os 100% no

³ Pedro Ramos Pinto, *Lisbon Rising. Urban social movements in the Portuguese Revolution, 1974-75*, Manchester/New York, Manchester University Press, 2013.

⁴ José António Bandeirinha, “Serviço Ambulatório de Apoio Local” in António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (ed.), *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, Volume 7, Figueirinhas, Porto, 2018, p. 357-365.

⁵ PORDATA, “Tuberculose: casos por 100 mil habitantes”, (<https://www.pordata.pt/Portugal/Tuberculose+casos+por+100+mil+habitantes-608>, consultado em 2020.10.06).

⁶ PRODATA, “Partos em estabelecimentos de saúde (%)”, ([https://www.pordata.pt/Portugal/Partos+em+estabelecimentos+de+sa%C3%Bade+\(percentagem\)-606](https://www.pordata.pt/Portugal/Partos+em+estabelecimentos+de+sa%C3%Bade+(percentagem)-606), consultado em 2020.10.06).

⁷ PORDATA, “Médicos e outro pessoal de saúde por 100 mil habitantes”, (<https://www.pordata.pt/Portugal/M%C3%A9dicos+e+outro+pessoal+de+sa%C3%Bade+por+100+mil+habitantes-639>, consultado em 2020.10.06).

⁸ PORDATA, “Despesas do Estado em saúde: execução orçamental em % do PIB”, (<https://www.pordata.pt/Portugal/Despesas+do+Estado+em+sa%C3%Bade+execu%C3%A7%C3%A3o+or%C3%A7amental+em+percentagem+do+PIB-855>, consultado em 2020.10.06).

⁹ António de Correia Campos, “Um serviço nacional de saúde em Portugal: aparência e realidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20 (1986), p. 601-618.

ano de 1978¹⁰, sinal dos bloqueios do autoritarismo e das mudanças introduzidas com o regresso à democracia.

A queda do regime salazarista permitiu a mobilização de inúmeros setores em prol da saúde. Destacam-se três áreas centrais: a reestruturação do aparelho de Estado, as lutas dos profissionais de saúde e as iniciativas dos movimentos sociais. O programa do primeiro governo provisório apresentado a 15 de maio de 1974 projetava o “lançamento das bases para a criação de um serviço nacional de saúde ao qual tenham acesso todos os cidadãos”¹¹. Em novembro de 1974, a Secretaria do Estado da Saúde publicou um documento intitulado *Subsídios para o lançamento das bases do Serviço Nacional de Saúde* visando definir uma política global¹². Iniciou-se uma reorganização do aparelho de Estado com vista a reforçar o papel estatal na prestação de cuidados de saúde¹³. Após 1974, a construção de um Serviço Nacional de Saúde apareceu como “projeto de política de saúde”¹⁴.

O grande desafio era então o de dotar o aparelho de Estado de meios para esta prestação. Em dezembro de 1974, o Decreto-Lei n.º704/74 iniciou a nacionalização dos hospitais distritais e concelhios pertencentes às Misericórdias para a sua inclusão num futuro Serviço Nacional de Saúde¹⁵. Em fevereiro de 1975 foram criadas as Comissões Integradoras de Serviços de Saúde Locais (CISSL) que contribuíram para a democratização da saúde ao envolver a comunidade e os trabalhadores da saúde na gestão das unidades de cuidados primários¹⁶. A reorganização das carreiras dos profissionais de saúde também concorreu para a democratização do direito à saúde. Em junho de 1975 foi instituído o Serviço Médico à Periferia (SMP) que irá vigorar até 1982¹⁷. O SMP tinha como objetivo a colocação de jovens médicos que tinham concluído o primeiro ano do internato em regiões com grandes carências em termos de saúde e constituía uma garantia ao acesso a uma especialidade. O SMP visava implementar uma saúde comunitária, assente na medicina de grupo.

¹⁰ Manuel Valente Alves, “Saúde” in António Reis, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos (ed.), *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, Volume 7, Figueirinhas, Porto, 2018, p. 325-330.

¹¹ Orlando Neves (ed.), *Textos Históricos...*, cit., p. 71.

¹² Secretaria de Estado da Saúde, *Subsídios para o lançamento das bases do Serviço Nacional de Saúde*, Lisboa, IN-CM, 1974.

¹³ António de Correia Campos, “Um serviço...”, cit., p. 601-618.

¹⁴ Graça Carapinheiro e Margarida Gameiro Pinto, “Políticas de saúde num país em mudança: Portugal nos anos 70 e 80”, *Sociologia*, 3 (1987), p. 79.

¹⁵ Diário do Governo, Decreto-Lei n.º704/74, n.º285/1974 (1974), 1º Suplemento, Série I de 7 de dezembro de 1974.

¹⁶ António de Correia Campos, “Um serviço...”, cit., p. 601-618.

¹⁷ Diário da República, Decreto-Lei n.º580/76, n.º169/1976 (1976), Série I de 21 de julho de 1976.

O serviço foi extinto em 1982 com a criação da carreira de Clínico Geral e a implementação de uma rede local no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

A implementação do Serviço Cívico Estudantil (SCE) em maio de 1975¹⁸ contribuiu para outras iniciativas no setor da saúde. Criado para fazer face à falta de vagas nas universidades portuguesas, o SCE desenvolveu atividades educativas e culturais sob a forma de brigadas estudantis¹⁹. Os estudantes foram colocados nas regiões rurais do país que apresentavam maiores carências. Desenvolveram atividades de educação sanitária e de saúde comunitária participando assim ativamente na melhoria do acesso à saúde e no esclarecimento da população. Fora do âmbito do SCE, outras organizações de estudantes participaram neste esforço de divulgação de informações sanitárias e no apoio a ações tão importantes como, por exemplo, campanhas de vacinação.

Em abril de 1976 a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa representou mais um marco fundamental para o projeto de um SNS assente numa visão global da saúde. O artigo 64º do texto constitucional estipula o “direito à proteção da saúde”:

“Pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito, pela criação de condições económicas, sociais e culturais que garantam a proteção da infância, da juventude e da velhice e pela melhoria sistemática das condições de vida e de trabalho, bem como pela promoção da cultura física e desportiva, escolar e popular e ainda pelo desenvolvimento da educação sanitária do povo”²⁰.

As mobilizações dos trabalhadores da saúde constituíram um segundo polo nestas iniciativas para as bases de um SNS. O caso da Clínica de Santa Cruz sintetiza as lutas destes profissionais. A 28 de dezembro de 1974, os trabalhadores da Clínica de Santa Cruz ocuparam as instalações reivindicando a sua nacionalização num contexto de salários em atraso²¹. A Comissão de Trabalhadores do Hospital de Santa Maria – Hospital universitário de Lisboa – apoiou a ocupação que alcançou a nacionalização do estabelecimento em março de 1975²². As outras categorias de profissionais de saúde mobilizaram-se igualmente por melhores condições de trabalho mas também pela conquista do

¹⁸ Diário do Governo, Decreto-Lei nº270/75, n.º124/1975 (1975), Série I de 30 de maio de 1975.

¹⁹ Maria Luísa Brandão Tiago de Oliveira, *O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977): estudantes e povo numa conjuntura revolucionária*, Lisboa, ISCTE, 2000.

²⁰ Portugal, Constituição da República Portuguesa de 1976, Lisboa, INCM, 1979.

²¹ Trabalhadores do Hospital de Santa Cruz, “Os Trabalhadores do Hospital de Santa Cruz alertam, denunciam e apelam a solidariedade”, 1974.

²² A Capital, “Trabalhadores do Hospital de Santa Maria ocupam Clínica de Santa Cruz”, 15 de março de 1975.

direito à saúde da população. A própria iniciativa de publicar um jornal como o *Saúde pelo povo* enquadra-se neste objetivo duplo. Em março de 1976, os enfermeiros lançaram uma greve maciça que se tornou fundamental para o reconhecimento da categoria profissional²³.

O Movimento de Saúde Comunitária, criado em abril de 1977, juntou médicos, enfermeiros, assistentes sociais e tinha por objetivo incentivar a participação da população na instalação do Serviço Nacional de Saúde²⁴. A maioria dos membros dos órgãos sociais tiveram funções de delegados de saúde no âmbito da primeira rede de centros de saúde criada em 1971. Liderado por António Melich Cerveira, o Movimento de Saúde Comunitária lançou iniciativas que prefiguraram as bases de um serviço público de saúde assente na comunidade.

Os movimentos sociais que emergiram no país tiveram um papel importante nestas iniciativas em prol de uma democratização da saúde. As Comissões de Moradores que foram constituídas nos bairros lutavam por um projeto global que não se limitou à habitação. Desenvolveram atividades de alfabetização, de construção de infraestruturas mas também de educação para a saúde. O movimento associativo contribuiu, por sua vez, para uma democratização das práticas desportivas, recebendo apoio da Direção-Geral dos Desportos na promoção de modos de vida mais saudáveis²⁵. O movimento sindical também participou nas reivindicações na área da saúde com a organização do I Congresso Nacional de Saúde em abril de 1975.

O movimento das clínicas populares constituiu um caso fulcral para o entendimento da interligação entre os movimentos sociais e os projetos de democratização do direito à saúde. Segundo os dados recolhidos, a experiência da Clínica Popular Comunal da Cova da Piedade em Almada foi uma das primeiras a surgir no Portugal revolucionário. Iniciou-se quando populares apoiados por militantes da Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR) ocuparam o palacete António José Gomes a 28 de fevereiro de 1975²⁶. Aí instalaram uma clínica especializada em saúde materno-infantil²⁷. A Clínica Popular Comunal da Cova da Piedade procurou também fazer educação sanitária

²³ José Correia Azevedo, *Greve de 1976: A greve que mudou a enfermagem*, Porto, Sindicato dos Enfermeiros, 2006.

²⁴ Movimento de Saúde Comunitária, “Como surgiu o movimento?”, sem data.

²⁵ Direcção-Geral dos Desportos, *O desporto na actual sociedade portuguesa: O ENDO e o JUVENDO*, Lisboa, Centro de Documentação e Informação, Ministério de Educação e Investigação Científica, 1975.

²⁶ Fernando Pereira, “Ocupação de palacete na Cova da Piedade para instalação de uma clínica popular” in Pedro Brinca e Etelvina Baia (ed.), *Memórias da Revolução no distrito de Setúbal. 25 anos depois*, Volume I, “Setúbal na Rede”, 2001, p. 201-204.

²⁷ Manuela Tavares, *Aborto e contracepção em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

para que a “própria população constitua uma arma na luta pela verdadeira saúde do povo”²⁸. Esta experiência desencadeou outras ocupações em março de 1975 como o Centro Popular de Saúde no Barreiro e o Hospital do Povo na Parede.

Saúde pelo povo, um jornal de luta

A publicação do jornal *Saúde pelo povo* a partir de fevereiro de 1975 inseriu-se nesta preocupação de definir a saúde como uma urgência para o país, bem como um campo de luta no contexto do processo revolucionário. O jornal conheceu um primeiro período de publicação regular entre fevereiro e setembro de 1975 com a publicação de 6 números, tendo havido um intervalo de três meses entre os números 5 e 6. A publicação suspendeu então durante alguns meses para reiniciar com o número 7 em fevereiro de 1976. Esta paragem foi justificada nas colunas do jornal com uma necessária reorganização do coletivo e das suas modalidades de ação no decorrer do 25 de novembro de 1975. Esta segunda série teve uma existência mais errática, embora regular, com a publicação de 13 números até dezembro de 1977, mais um número especial publicado na ocasião das eleições autárquicas de dezembro de 1976.

É de salientar a continuidade do jornal num contexto político e social em que muitas outras publicações tiveram uma existência mais efêmera. A extensão do jornal variou entre 6 a 8 páginas, sinal de um trabalho profícuo do coletivo que editou o *Saúde pelo povo*. A partir do número 7, o formato do jornal foi alterado para um tamanho mais pequeno o qual se manteve até ao final da publicação. Dada a sua extensão e os seus ricos conteúdos, a publicação *Saúde pelo povo* fornece uma informação pormenorizada sobre os projetos alternativos para a organização da saúde e sobre as iniciativas levadas a cabo neste setor pelos movimentos sociais e populares. As páginas do jornal, bem como as atividades do coletivo permitem delinear um esboço de um Serviço Nacional de Saúde alternativo.

Apesar de várias pesquisas e contactos, não foi possível identificar os redatores do jornal, que não contam com assinaturas nos artigos. O coletivo definiu-se nos primeiros números como um grupo de trabalhadores da saúde, mas sem nunca providenciar mais pormenores sobre a composição da equipa de redação. Dado o conteúdo do jornal, percebe-se uma proximidade com os movimentos de extrema-esquerda sem, no entanto, aparecer nenhuma referência clara a nenhum deles. O envolvimento deste coletivo nos movimentos sociais da época ficou provado

²⁸ Clínica Popular Comunal da Cova da Piedade, “Uma conquista do 25 de Abril: Uma realidade do poder popular”, 1977.

com a instalação da sede do jornal em Lisboa. À semelhança de inúmeros grupos políticos e movimentos sociais, o coletivo resolveu ocupar um andar na Avenida 5 de Outubro (176, 5º Esquerdo), informação tornada pública no número 4 de maio de 1975. Os primeiros meses do ano de 1975 foram marcados por ondas de ocupação a nível nacional que se aceleraram no seguimento da tentativa de golpe a 11 de março e da radicalização do processo revolucionário que dele resultou. O coletivo justificou a ocupação da seguinte forma:

“Dado o alargamento do trabalho do jornal e a sua larga difusão e aceitação pelos doentes e trabalhadores da saúde, sentiu-se a necessidade de o jornal funcionar em instalações próprias. Assim, decidi ocupar uma casa devoluta, à semelhança do que milhares de trabalhadores têm vindo a fazer, uma vez que o jornal apenas vive da sua venda e não possui condições materiais para satisfazer as rendas exorbitantes exigidas pelos senhorios. A ocupação de novas instalações veio não só permitir um trabalho mais rentável aos colaboradores do jornal, mas também possibilitar a utilização das instalações para reuniões, debates, e outras atividades, no campo da saúde”²⁹.

A interrupção temporária de alguns meses entre os números 6 (setembro de 1975) e 7 (fevereiro de 1976) deveu-se à alteração do contexto político e social no seguimento do 25 de novembro de 1975. Após as operações militares desse dia, a ala mais radical das Forças Armadas foi afastada definitivamente do poder e a aliança dos moderados e da direita tomou a conduta do processo revolucionário encaminhando-o para o seu fim³⁰. No número de reinício, o coletivo do jornal mostrou-se consciente da necessidade de fazer evoluir o seu projeto editorial. Segundo o coletivo, “a modificação da situação depois do 25 de novembro mostrou-nos mais claramente a necessidade de ligação aos órgãos de vontade popular”³¹.

Seguiu-se uma maior aproximação aos órgãos de poder popular para junto deles desenvolver um trabalho de esclarecimento e de organização política. Importava então para os redatores:

“Sair das quatro paredes, contactar directamente com os moradores dos bairros, os trabalhadores das fábricas, os camponeses das herdades e das cooperativas, organizados nos seus órgãos de vontade popular, e ouvir os seus problemas, estudá-los, e pôr directamente ao seu serviço os conhecimentos que já reunimos”³².

²⁹ Saúde pelo povo, ““Saúde pelo povo” já tem sede”, 4, maio de 1975, p. 4.

³⁰ Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, *Abril nos quartéis de Novembro*, Amadora, Bertrand, 1979.

³¹ Saúde pelo povo, “Editorial: A hora é de luta”, 7, fevereiro de 1976, p. 1.

³² Saúde pelo povo, “3 iniciativas do jornal”, 7, fevereiro de 1976, p. 2.

A leitura deste *corpus* revela um jornal de luta, profundamente comprometido com as reivindicações dos trabalhadores da saúde e dos movimentos populares para a conquista do direito à saúde. A experiência do *Saúde pelo povo* não se limitou à publicação do jornal mas traduziu igualmente no terreno o projeto dos seus promotores. Editaram e partilharam comunicados, organizaram debates sobre a saúde, cursos de primeiros socorros e ainda exposições. Para além destas atividades multifacetadas, o próprio conteúdo do jornal revela uma proximidade com a realidade retratada, seja ela as condições de cuidados nos serviços hospitalares, as condições de vida nos bairros carenciados, as condições de trabalho em obras ou ainda as lutas contra a instalação de centrais nucleares. Os artigos redigidos pelo grupo tomaram a forma de reportagens que constituem uma fonte rica de informações sobre o período através de inúmeras entrevistas. Traduzem assim um envolvimento direto dos seus redatores, uma ânsia em ir para o terreno de forma a não só reproduzir fielmente a realidade das lutas na saúde mas também nelas participar.

A parte seguinte do presente texto centrar-se-á no esboço de projeto para a saúde expresso nas páginas do *Saúde pelo povo*. Pretende-se aqui apresentar uma estrutura do jornal a partir dos assuntos nele abordados. Para facilitar a análise, os artigos do jornal foram divididos em cinco temáticas construídas no processo de estudo dos seus conteúdos. Estas temáticas pretendem restituir o projeto editorial do jornal. São as seguintes: “Editoriais e atividades do jornal” (33 artigos); “Lutas nos hospitais” (45); “Condições de vida e de trabalho da população” (39); “Organização da saúde” (38); “Informações internacionais” (12). A repartição estatística dos artigos revela um foco particular nas lutas travadas pelos trabalhadores nos hospitais principalmente visível nos primeiros números do jornal.

Repartição dos artigos do *Saúde pelo povo* por temáticas

Nº	Temáticas	Número de artigos (%)
1	Editoriais e atividades do jornal	33 (20%)
2	Lutas nos hospitais	45 (27%)
3	Condições de vida e de trabalho da população	39 (23%)
4	Organização da saúde	38 (23%)
5	Informações internacionais	12 (7%)
-	Total	167 (100%)

Os artigos da primeira temática “Editoriais e atividades do jornal” permitem definir os posicionamentos do jornal através dos editoriais (presentes em cada número) e das descrições das atividades levadas a cabo pelo coletivo como a

dinamização de debates, de sessões de esclarecimento e de cursos de formação junto de organizações populares de base.

Na segunda temática “Lutas nos hospitais”, os artigos abordam as inúmeras lutas que ocorreram nos hospitais após abril de 1974 sobre assuntos como o saneamento das chefias, questões laborais e de acesso à saúde, com foco particular nos estabelecimentos da região de Lisboa.

Os artigos da temática “Condições de vida e de trabalho da população” procuraram abordar uma dimensão mais global da saúde ao questionar temas como a habitação, os acidentes de trabalho, a poluição ou ainda a energia nuclear. Nos artigos sobre a “Organização da saúde” os redatores apontam para as falhas na organização dos cuidados de saúde em Portugal, com foco sobre a Previdência, o Serviço Médico à Periferia, providenciando também artigos de esclarecimento sobre a saúde. Finalmente a temática “Informações internacionais” relata experiências no campo da saúde no Chile, no Vietname, na Albânia, na Argélia, na Tanzânia e em Moçambique.

Uma via revolucionária para o Serviço Nacional de Saúde

O jornal *Saúde pelo povo* contribuiu para a expressão de uma via revolucionária para a organização da saúde no novo regime através do conteúdo do jornal, bem como das atividades realizadas pelo coletivo. O período revolucionário foi propício à exploração de novos caminhos políticos, económicos e sociais que inevitavelmente tiveram consequências no setor da saúde. Para o médico Carlos Leça da Veiga, que participou na experiência da Clínica Popular da Cova da Piedade, surgiu nessa altura uma “concepção nova de saúde”³³. Trata-se nesta parte do presente texto de dar conta do esboço de definição de uma saúde revolucionária que transpareceu nas páginas do *Saúde pelo povo*. Não se limitando a fazer o diagnóstico do estado da saúde em Portugal entre 1975 e 1977, o coletivo do jornal apontou para uma cura através da construção de um Serviço Nacional de Saúde integrado numa organização socialista da sociedade e da economia.

Nas páginas do jornal *Saúde pelo povo*, destacam-se quatro pilares fundamentais para a definição de uma saúde revolucionária assente na construção deste Serviço Nacional de Saúde alternativo: a saúde definida como um problema político e económico; um Serviço Nacional de Saúde ao

³³ Carlos Leça da Veiga, “A saúde e os movimentos populares: um testemunho”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20 (1986), p. 589.

serviço dos trabalhadores; um trabalho digno para os profissionais da saúde; e finalmente uma saúde definida globalmente, não se limitando à instituição de cuidados mas envolvendo as condições de trabalho, a habitação e as preocupações ambientais.

Em primeiro lugar, os redatores do jornal definiram a saúde como um problema político e económico. Logo no primeiro número enunciaram que “na sociedade capitalista em que vivemos, verificamos que o Hospital é um espelho dessa sociedade, onde existem exploradores e explorados, ainda que o patrão seja o Estado”³⁴. Apelaram à organização dos trabalhadores para ultrapassar o sistema capitalista, causa da dramática situação sanitária no país. Para o coletivo, apenas a construção de um sistema socialista permitiria garantir o acesso universal à saúde. As páginas do jornal e as próprias ações realizadas incentivaram a unidade dos trabalhadores da saúde e dos doentes nas lutas contra o capitalismo e o imperialismo.

O *Saúde pelo povo* desenvolveu uma caracterização da medicina burguesa “posta ao serviço do capitalismo, existe para tratar os capitalistas e as suas doenças próprias e para devolver ao operário a sua capacidade de produzir que ele tinha perdido por se encontrar doente”³⁵. O jornal definiu assim o seu programa:

“Denunciar o carácter de classe burguesa da medicina, mostrar claramente que todo o sistema da saúde continua a servir a burguesia nacional e os monopólios estrangeiros, mostrar as carências que existem no campo da saúde (seja a inexistência duma Medicina Preventiva, seja a falta de cuidados sanitários e assistenciais, dos mais rudimentares aos mais especializados)”³⁶.

Esta medicina de classe produto do sistema capitalista tem, para o coletivo, consequências diretas no perfil dos doentes presentes nos hospitais do país:

“São velhos doentes que já produziram aquilo que tinham a produzir para esta sociedade capitalista. São crianças cujos pais têm ordenados baixos que não lhes permite interná-los nas clínicas caras. São pedreiros, carpinteiros, metalúrgicos, estivadores, camponeses pobres de todo o País, operários das fábricas, mulheres trabalhadoras, etc. que já não estavam em estado de trabalhar e que o seu internamento no hospital mais não pretende que pô-los novamente em condições mínimas de trabalhar”³⁷.

³⁴ Saúde pelo povo, “Editorial: Não podemos cruzar os braços”, 1, fevereiro de 1975, p. 1.

³⁵ Saúde pelo povo, “Editorial: Condições de trabalho e doença”, 3, abril de 1975, p. 1.

³⁶ Saúde pelo povo, “Editorial”, 6, setembro de 1975, p. 5.

³⁷ Saúde pelo povo, “Editorial: Quem são os doentes dos hospitais?”, 2, março de 1975, p. 1.

Para o jornal, a saúde não pode constituir um campo de luta autónomo, mas deve sim ser integrada num combate político global. A meta de um sistema socialista assente numa ampla participação dos trabalhadores representa um horizonte para a concretização do direito à saúde:

“A luta contra a doença começa pela luta contra o desemprego, pelo direito ao trabalho, pela recusa de ritmos exaustivos de trabalho, pela melhoria de todas as condições de trabalho, pela protecção da mulher grávida no trabalho, construção de creches pela luta por cantinas com alimentação gratuita e equilibrada, redução imediata dos preços dos produtos de primeira necessidade, pelo direito à habitação (construção de casas condignas para o Povo que agora vive em barracas e em casas sem condições), construção de redes de esgotos, construção de centros de saúde e profilaxia da doença com esclarecimento ao Povo da necessidade de higiente [sic] e da importância dela no aparecimento de muitas doenças”³⁸.

Consequência da integração da saúde numa luta geral para a transformação da sociedade, o *Saúde pelo povo* apelou à organização dos trabalhadores pela conquista do direito à saúde. Para o jornal “ninguém resolverá estes problemas básicos de saúde a não ser as próprias massas organizadas nos seus órgãos unitários de base e cada vez mais unidas numa luta comum”³⁹. Esta postura explica o envolvimento do grupo junto das lutas da população, mas, igualmente o apoio dado à candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho à presidência da República em junho de 1976 e às listas de unidades populares nas autárquicas de dezembro do mesmo ano.

O segundo pilar deste projeto passa por garantir o direito à saúde com a construção de um Serviço Nacional de Saúde para os trabalhadores. A concretização deste direito, consagrado na Constituição de 1976, constitui uma meta fundamental para o jornal. Pretende-se assim assegurar o acesso universal aos cuidados de saúde, bem como a qualidade desta assistência nos hospitais e centros de saúde. Um dos apelos recorrentes do jornal foi este: “Lutemos por uma Medicina ao serviço dos TRABALHADORES!”⁴⁰.

Para além das questões de acesso célere aos serviços de saúde, os artigos do *Saúde pelo povo* mostraram uma preocupação com as condições de higiene nos hospitais, ou a qualidade da alimentação fornecida aos doentes. Focaram-se igualmente em problemáticas mais globais, como a gestão da Previdência

³⁸ Saúde pelo povo, “Editorial”, 4, maio de 1975, p. 1.

³⁹ Saúde pelo povo, “O “Saúde pelo povo” apoia a candidatura popular de Otelo”, 1976?, p. 1.

⁴⁰ Saúde pelo povo, “Editorial: Condições de trabalho e doença”, 3, abril de 1975, p. 2.

e o financiamento da saúde, a organização da indústria farmacêutica ou a sensibilização da população para a importância da vacinação. A construção de um Serviço Nacional de Saúde público e acessível aos trabalhadores constituiu uma meta fundamental para o jornal:

“O problema das análises, assim como o das radiografias e muitos outros, está ligado ao problema geral da saúde.

Só quando se montar um Serviço Nacional de Saúde que funcione tendo em vista a resolução dos problemas de todos e não ser a doença, como o é actualmente, uma fonte de lucros ou de privilégios para alguns, é que aspectos como o das análises e tantos outros serão resolvidos de modo a servirem verdadeiramente a população”⁴¹.

Uma modalidade fulcral para a construção do SNS apontada pelo jornal encontra-se na necessidade de participação dos doentes e utentes na gestão da saúde no país. O coletivo exprimia assim esta preocupação: “somos levados a pensar que a solução do problema terá de passar pelo principal interessado (e vítima) – o doente. Este tem de tomar consciência daquilo a que tem indiscutivelmente direito – o de ser bem tratado”⁴². Daí uma crítica fundamental colocada aos diversos projetos de SNS apresentados:

“Os partidos da coligação sempre falavam ao Povo em projectos de Serviço Nacionais de Saúde a construir, mas poucas diferenças se notavam entre eles, pois nenhum tinha a participação do Povo na sua elaboração, porque ao fim e ao cabo ninguém pretendia modificar as estruturas de base da saúde”⁴³.

E o reforço da necessidade de participação e de informação dos doentes e utentes:

“As condições de saúde e tratamento sejam no hospital ou fora dele só podem ser resolvidas quando houver uma participação dos mais interessados, isto é, dos doentes.

É preciso dizer aos doentes o que se passa, não é escondendo-lhes seja o que for que conseguirmos pôr o hospital ao serviço do Povo e não ao serviço da burguesia, como sempre estive e continua a estar”⁴⁴.

⁴¹ Saúde pelo povo, “Quem lucra com as análises?”, 18, outubro de 1977, p. 4.

⁴² Saúde pelo povo, “O médico de chamadas”, 2, março de 1975, p. 5.

⁴³ Saúde pelo povo, “Editorial”, 4, maio de 1975, p. 1.

⁴⁴ Saúde pelo povo, “Editorial: Quem são os doentes dos hospitais?”, 2, março de 1975, p. 2.

O *Saúde pelo povo* militou igualmente por um trabalho digno para todos os profissionais do setor da saúde. Este terceiro pilar assentou no envolvimento dos trabalhadores na gestão dos hospitais, dos centros de saúde, mas igualmente das outras instituições sanitárias. Passou pela garantia de um trabalho digno assente na eliminação das desigualdades entre as diversas categorias de trabalhadores e pelo saneamento das administrações comprometidas com o antigo regime autoritário. O jornal deu voz às classes menos visíveis dos profissionais tal como as empregadas de limpeza, as auxiliares de enfermagem ou ainda as trabalhadoras das cantinas hospitalares, categorias sobretudo constituídas por mulheres.

Foi notória, ao longo das páginas do jornal, uma crítica direta aos privilégios de alguns médicos, acusados de explorar o povo com os lucros realizados nas clínicas privadas. Apelidados de “latifundiários da Medicina”⁴⁵, num paralelo óbvio com o campo de luta da Reforma Agrária, os seus privilégios constituíam um entrave à gestão democrática da saúde e à concretização do direito à saúde. Para o jornal:

“A grande divisão capitalista do trabalho passa-se entre o grupo dos médicos e as outras categorias profissionais. É o passar pela Universidade que dá o poder de decidir sobre o internamento ou a alta de um doente, assim como da terapêutica. [...] A enfermagem é a mera executante das decisões dos senhores Doutores, nunca sendo esclarecida sobre a situação do doente, nem sequer assistindo, na maioria dos casos, à discussão dos casos clínicos, embora na prática seja ela quem contacta mais tempo com os doentes, prestando assim a única forma de assistência durante as restantes 20 horas do dia em que não existem médicos na maioria dos hospitais”⁴⁶.

O saneamento das unidades de saúde representa um passo decisivo para a democratização da sua gestão. Trata-se de concretizar a mudança de regime no seio dos hospitais e dos centros de saúde. O *Saúde pelo povo* apelou assim à necessidade de organização dos trabalhadores da saúde:

“Sem estarmos organizados por locais de trabalho, não podemos ser consequentes na denúncia do tipo de medicina que se pratica, nem sequer apoiar as massas populares na luta por uma medicina que as sirva. [...]”

O jornal continua a apoiar os trabalhadores da saúde na sua luta por aumentos de salários, melhores condições de trabalho, valorização profissional, contra a corrupção e na vigilância anti-fascista nos locais de trabalho, não esquecendo a importância que os trabalhadores da saúde têm na

⁴⁵ Saúde pelo povo, “Editorial: A saúde continua doente”, 17, junho/julho de 1977, p. 2.

⁴⁶ Saúde pelo povo, “Editorial: Não podemos cruzar os braços”, 1, fevereiro de 1975, p. 1.

modificação da actual relação trabalhador da saúde-doente que muitas vezes assume formas repressivas⁷⁴⁷.

Finalmente, o *Saúde pelo povo* apresenta uma definição global da saúde, longe de se limitar aos cuidados primários. Os artigos publicados pelo jornal revelam uma consciência de que a saúde da população está intimamente ligada às suas condições de vida e de trabalho. Numerosas reportagens publicadas pelo jornal descrevem os acidentes do trabalho em determinadas empresas e a grande precariedade habitacional que afetava as classes populares sobretudo na periferia das cidades.

Mas o jornal também se envolveu na salvaguarda do ambiente como fator de saúde, uma temática emergente na época. O *Saúde pelo povo* denunciou a poluição dos rios e as doenças ligadas às substâncias perigosas. O jornal tomou igualmente uma posição contra a energia nuclear:

“Nós dizemos que não. Hoje em muitos países desenvolvem-se esforços para o aproveitamento de outras formas de energia e para uma utilização mais recional [sic] das usadas hoje em dia. Nós cremos ser esse o sentido em que se deverão orientar os esforços⁷⁴⁸.”

Não se limitando a advogar pela construção de um Serviço Nacional de Saúde em Portugal, o jornal *Saúde pelo povo* apresentou, através dos seus artigos e iniciativas, um esboço para um projeto revolucionário de SNS com vista a materializar o direito à saúde para os trabalhadores.

Conclusão

Nas páginas do jornal *Saúde pelo povo* transparece um projeto de organização da saúde em Portugal enraizado nos movimentos populares que surgiram durante o processo revolucionário. O coletivo de redatores defendeu assim um Serviço Nacional de Saúde que tomasse o contrapé da “medicina burguesa” produto do sistema capitalista. Este projeto de SNS assentava então nas respostas às necessidades dos trabalhadores e numa visão global da saúde integrando a habitação, as condições de trabalho e ainda as preocupações ambientais. Trata-se de uma via alternativa aos projetos defendidos na altura pelos principais

⁴⁷ Saúde pelo povo, “Editorial”, 6, setembro de 1975, p. 5.

⁴⁸ Saúde pelo povo, “Central Atómica de Ferrel: Dois campos se defrontam”, 11, agosto de 1976, p. 7.

partidos políticos. O coletivo mostrava pouco entusiasmo relativamente à concretização do SNS nos moldes previstos pelo governo: “esse SNS é uma coisa muito longínqua muito abstracta e que aparecerá sabe-se lá como, enquanto os problemas de saúde do nosso Povo são muito presentes, muito concretos e muito graves”⁴⁹.

O projeto de Serviço Nacional de Saúde conheceu, no entanto, avanços significativos em setembro de 1979 com a aprovação de uma lei defendida por António Arnaut⁵⁰, Ministro dos Assuntos Sociais do II Governo Constitucional, que terminou o seu mandato no verão de 1978. Abriu-se então um período de governos de iniciativa presidencial, sendo a lei que cria o Serviço Nacional de Saúde aprovada no último, liderado por Maria de Lourdes Pintasilgo. Porém, o projeto de organização da saúde no país entrou em vigor numa altura de recuo das heranças do período revolucionário. Segundo Manuel Valente Alves: “a 15 de setembro de 1979, através da Lei n.º56, é criado o Serviço Nacional de Saúde consagrado na Constituição, numa altura em que o projeto político, definido na mesma Constituição (uma sociedade sem classes) já estava ultrapassado”⁵¹.

Boaventura de Sousa Santos descreve a trajetória da implementação do SNS em Portugal da seguinte forma:

“O período 1976-1980 caracteriza-se por um impasse total em que as várias tentativas de implantar o SNS são sucessivamente bloqueadas. Em 1980 inicia-se um período novo em que o Estado inicia o lançamento de um novo modelo de prestação de cuidados de saúde, diferente do consignado na Constituição e, também, parcialmente diferente do defendido pela Ordem dos Médicos. Trata-se de um modelo cujos contornos se vão definindo com as sucessivas actuações estatais, mas que em geral se propõe “desideologizar” as políticas de saúde, submetendo estas a critérios de rentabilidade económico-financeira”⁵².

Após um período revolucionário marcado por uma multiplicidade de projetos políticos, económicos e sociais – onde se inseriu o projeto defendido pelo *Saúde pelo povo* – os anos 1980 foram marcados pelo afastamento destes projetos revolucionários através de uma normalização da situação nacional e da sua aproximação ao modelo em vigor na Europa comunitária. Em 1982, data de primeira revisão constitucional que marcou o fim do Conselho da

⁴⁹ Saúde pelo povo, “Editorial: Ano Novo. Vida nova ou vida velha?”, 14, janeiro de 1977, p. 3.

⁵⁰ Diário da República, Lei n.º56/79, n.º214/1979 (1979), Série I de 15 de setembro de 1979.

⁵¹ Manuel Valente Alves, “Saúde...”, cit., p. 330.

⁵² Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 231-232.

Revolução, a gratuidade do acesso ao Serviço Nacional de Saúde consagrada na Constituição, foi posta em causa com a introdução de taxas moderadoras em fevereiro. Foram também definidas indemnizações elevadas às Misericórdias devido às nacionalizações de estabelecimentos de saúde que ocorreram durante o período revolucionário⁵³.

Num artigo de 1986 em pleno governo de Aníbal Cavaco Silva, Graça Carapinheiro e Margarida Gameiro Pinto identificaram três projetos para a saúde em Portugal:

“No fundo, coexistem três projetos de política de saúde: a lei do SNS, ainda neste momento sem plena execução; um projeto governamental de serviço nacional de saúde que substituiria a lei anterior, defendendo uma “forma mista” para o sistema de saúde português; o projeto de sistema nacional de saúde da Ordem dos Médicos, baseado na chamada “medicina convencionada””⁵⁴.

As autoras identificaram fluxos orçamentais para o setor privado e apontaram para uma forma de reprivatização do setor da saúde. A segunda revisão constitucional de 1989 marcou um novo recuo da herança revolucionária ao permitir a privatização dos setores económicos nacionalizados em 1975. No setor da saúde, a mudança do texto constitucional foi igualmente significativa. O objetivo de um Serviço Nacional de Saúde “gratuito” foi substituído pelo eufemismo “tendencialmente gratuito”. O Estado a quem incumbia “orientar a sua acção para a socialização da medicina e dos sectores médico-medicamentosos” passou desde então a ter como missão “a socialização dos custos dos cuidados médicos e medicamentosos”⁵⁵.

A implementação do Serviço Nacional da Saúde evoluiu assim para um crescente peso do setor privado na prestação de cuidados. A sua trajetória mostra um distanciamento progressivo do espírito contido na primeira lei do SNS de 1979, bem como do texto constitucional na sua versão original de 1976. A leitura do jornal *Saúde pelo povo* mostra que ao lado destes diversos projetos para a organização da saúde em Portugal, existia um esboço, por certo ainda com zonas de sombra, para um Serviço Nacional de Saúde de natureza revolucionária, assente no acesso universal aos cuidados, na participação dos trabalhadores e dos utentes na gestão, mas igualmente na inserção do setor da saúde no campo mais global das lutas políticas para o futuro do país.

⁵³ Graça Carapinheiro, “Políticas de saúde...”, cit., p. 73-109.

⁵⁴ Graça Carapinheiro, “Políticas de saúde...”, cit., p. 88.

⁵⁵ Diário da República, Lei Constitucional n.º1/89, n.º155/1989 (1989), 1º Suplemento, Série I de 8 de julho de 1989.

Para as comemorações dos 40 anos do SNS, o site governamental apresentou uma cronologia que aponta 1979 como o “Ano Primeiro do Serviço Nacional de Saúde”⁵⁶. As páginas do *Saúde pelo povo* revelam no entanto que, ao contrário desta narrativa oficial, a história do SNS em Portugal não nasceu com a lei de 1979. Este jornal mostra igualmente que o projeto de SNS que foi escolhido constituía apenas um dos projetos e não a única via para a concretização do direito à saúde em Portugal. Uma destas vias alternativas passava pela apropriação dos meios de prestação de cuidados e pela construção de um Serviço Nacional de Saúde para os trabalhadores. O jornal *Saúde pelo povo* foi uma das vozes que militaram por este projeto revolucionário para a saúde em Portugal.

⁵⁶ Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Saúde, 40 anos do SNS (2020), (<https://40anos.sns.gov.pt/>, consultado em 2020.10.06).

